

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Cascavel

2ª Vara da Comarca de Cascavel

Rua Professor José Antônio, s/n, Fórum Desembargador Carlos Facundo, Centro - CEP 62850-000, Fone: (85) 3334-2779, Cascavel-CE - E-mail: cascavel.2@tjce.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0201276-14.2024.8.06.0062**
Apensos: **Processos Apensos << Informação indisponível >>**
Classe: **Procedimento Comum Cível**
Assunto: **Fornecimento de medicamentos**
Requerente: **Geilson Melo Farias**

Requerido: **Secretário da Saúde do Estado do Ceará e outros**

Vistos, etc.

1. RELATÓRIO

Trata-se o presente feito de uma Ação de Obrigação de Fazer com Preceito Cominatório e pedido de Tutela de Urgência manejada por **GEILSON MELO FARIAS**, em face do **ESTADO DO CEARÁ** e do **MUNICÍPIO DE CASCABEL/CE**.

Narra a inicial que o autor possui diagnóstico secundário de Bexiga Neurogênica, intestino neurogênico, dor necropática, encontrando-se acompanhado no Centro de Neuroreabilitação SARAHEM em Fortaleza/CE.

Por tais motivos, o autor necessita do uso de equipamentos/insumos e medicamentos descritos pelo médico às fls. 15-19, de forma contínua, em caráter de urgência.

Junta os documentos de fls. 11-21.

Por fim, pugna pela tutela de urgência.

No mérito, pugna pela procedência do pedido, confirmando-se a antecipação da tutela.

Liminar concedida às fls. 22-24, determinando aos requeridos o fornecimento dos equipamentos e insumos prescritos pelo médico, no prazo máximo de 10 (dez) dias, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Contestação do **MUNICÍPIO DE CASCABEL** às fls. 38-50.

O Estado do Ceará, apesar de devidamente citado, não apresentou contestação.

Réplica às fls. 72-77.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Cascavel

2ª Vara da Comarca de Cascavel

Rua Professor José Antônio, s/n, Fórum Desembargador Carlos Facundo, Centro - CEP 62850-000, Fone: (85) 3334-2779, Cascavel-CE - E-mail: cascavel.2@tjce.jus.br

É o relatório. Fundamento e Decido.**2. FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, considerando o transcurso *in albis* para o **ESTADO DO CEARÁ** apresentar defesa na presente ação, **DECRETO** a **revelia** do referido demandado, nos termos do art. 344 do CPC, mas consigno que, a princípio, segundo orientação pacífica do STJ, não se aplica à Fazenda Pública o efeito material da revelia (STJ – REsp: 1666289 SP 2017/0061064-9, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN).

De todo modo, sendo a questão de mérito de fato e de direito, não havendo necessidade de produzir outras provas, além das já existentes nos autos, sobretudo porque a questão fática está documentadamente comprovada, passo ao **julgamento antecipado de mérito**, com fulcro no inciso I do artigo 355 do Código de Processo Civil.

Quanto à preliminar de desconstrução da causa de pedir levantada pelo **MUNICÍPIO DE CASCATEL/CE** em sede de contestação, esta fica rejeitada posto que é desnecessária a prévia instauração de pedido administrativo para propositura de demanda judicial.

Dito isto, deve-se destacar que a Ação de Obrigação de Fazer foi proposta pela Defensoria Pública para defesa de direitos fundamentais relativos à sua vida e à sua saúde, amparados nas normas conjugadas dos artigos 1º, inciso III, 5º, *caput*, 6º, 196 e 197 da Carta da República, *in verbis*:

"Art. 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III - a dignidade da pessoa humana.x

"Art. 5º, caput – Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes."

"Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição."

"Art. 196 - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

"Art. 197 - São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Cascavel

2ª Vara da Comarca de Cascavel

Rua Professor José Antônio, s/n, Fórum Desembargador Carlos Facundo, Centro - CEP 62850-000, Fone: (85) 3334-2779, Cascavel-CE - E-mail: cascavel.2@tjce.jus.br

Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado."

Interpretando esse dispositivo, a jurisprudência pátria consagrou o entendimento de que é responsabilidade solidária de União Federal, Estados e Municípios a prestação do direito à saúde previsto no art. 196, CF.

Nesse sentido, cito os seguintes julgamentos:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. **SOLIDARIEDADE DOS ENTES FEDERADOS**. MEDICAMENTO NÃO INCORPORADO AO SUS. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.

1. O STJ fixou entendimento de que o funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS é de responsabilidade solidária dos entes federados, de forma que qualquer deles tem legitimidade para figurar no polo passivo da demanda que objetive o acesso a meios e medicamentos para tratamento de saúde.

2. Esta Corte admite o fornecimento de medicamentos não incorporados ao SUS mediante Protocolos Clínicos, quando as instâncias ordinárias verificam a necessidade do tratamento prescrito.

3. No caso em comento, o Tribunal de origem, com base nos elementos probatórios dos autos, concluiu que a não utilização do medicamento pode levar a parte a internações e atendimentos emergenciais, uma vez que a paciente já utilizou todos os fármacos disponíveis para a doença de que padece.

4. Rever tais conclusões demandaria a análise de aspectos fático-probatórios coligidos aos autos, o que é defeso em sede de recurso especial, conforme o disposto na Súmula 7/STJ.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 697.696/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/06/2015, DJe 26/06/2015)

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS**. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. **SOLIDARIEDADE DOS ENTES FEDERADOS**. SÚMULA 83/STJ. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO.

1 - A tese jurídica debatida no recurso especial deve ter sido objeto de discussão no acórdão atacado. Inexistindo esta circunstância, desmerece ser conhecida por ausência de prequestionamento.

2 - O Superior Tribunal de Justiça, em reiterados precedentes, tem decidido que o funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS é de responsabilidade solidária dos entes federados, de forma que qualquer deles tem legitimidade para figurar no polo passivo de demanda que objetive o acesso a meios e medicamentos para tratamento de saúde.

3 - A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

4 - Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 673.822/CE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 09/06/2015, DJe 18/06/2015)

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Cascavel

2ª Vara da Comarca de Cascavel

Rua Professor José Antônio, s/n, Fórum Desembargador Carlos Facundo, Centro - CEP 62850-000, Fone: (85) 3334-2779, Cascavel-CE - E-mail: cascavel.2@tjce.jus.br

A consequência desse entendimento é que a pretensão de prestação de direito de saúde pode ser manejada contra quaisquer dos entes federativos, não havendo que se cogitar de ilegitimidade ativa.

Procedendo-se a uma interpretação harmônica dos referidos preceitos constitucionais, chega-se à conclusão de que o intuito maior da Carta Magna foi o de assegurar a todo cidadão, independentemente de sua condição econômica e classe social, o direito à saúde.

Desse modo, o contestante tem o dever constitucional de garantir, por meio de políticas sociais e econômicas, ações que possam permitir a todos o acesso à assistência médica.

Com efeito, o direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível e deve ser assegurada à generalidade dos cidadãos. Dessa feita, cabe ao Município de Cascavel e ao Estado do Ceará assegurar, através do fornecimento dos insumos indicados na exordial, o direito à vida, permitindo aliviar o sofrimento e a dor da enfermidade, garantindo ao cidadão o direito à sobrevivência.

A Carta Política de 1988 estabelece no artigo 1º, inciso III, o princípio da dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito. A finalidade do aludido princípio é assegurar ao homem um mínimo de direitos para ter uma vida digna. Assim, o direito à saúde deve ser assegurado a toda sociedade, pois somente desse modo o princípio da dignidade da pessoa humana será amplamente atendido.

O atendimento à saúde trata-se de direito primordial a ser atendido pela Administração Pública, de maneira que quando o Município e o estado se negam a atendê-lo malfeire tanto diversos dispositivos constitucionais como o postulado balizador de todos os demais princípios: a dignidade da pessoa humana.

O Supremo Tribunal também firmou precedente sobre o tema, inclusive no que tange à obrigatoriedade de fornecimento de medicamento mesmo que ele não esteja na lista do SUS, conforme se observa no seguinte julgado:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. AUSÊNCIA DE MEDICAMENTO NA LISTA DO SUS. DESCONSIDERAÇÃO ANTE A AVALIAÇÃO MÉDICA. SÚMULA 279/STF. AGRAVO IMPROVIDO. I - A lista do SUS não é o parâmetro único a ser considerado na avaliação da necessidade do fornecimento de um medicamento de um caso concreto, que depende da avaliação médica. No ponto, para se chegar a conclusão contrária à adotada pelo Juízo de origem, necessário seria o reexame do conjunto fático-probatório, o que inviabiliza o extraordinário. Súmula 279. Precedentes. II - Agravo regimental a



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Cascavel

2ª Vara da Comarca de Cascavel

Rua Professor José Antônio, s/n, Fórum Desembargador Carlos Facundo, Centro - CEP 62850-000, Fone: (85) 3334-2779, Cascavel-CE - E-mail: cascavel.2@tjce.jus.br

que se nega provimento. (ARE 1145731 AgR, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 27/11/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-263DIVULG 06-12-2018 PUBLIC 07-12-2018)

Sobre o tema, colaciona-se julgado proferido pela Egrégia Corte de Justiça,
veja-se:

*CONSTITUCIONAL. RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO (RILUZOL/RILUTEK) PORENTE PÚBLICO À PESSOA PORTADORA DE DOENÇA GRAVE: ESCLEROSE LATERAL AMIOTRÓFICA - ELA. PROTEÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS.DIREITO À VIDA (ART. 5º, CAPUT, CF/88) E DIREITO À SAÚDE (ARTS. 6º E 196, CF/88). ILEGALIDADE DA AUTORIDADE COATORA NA EXIGÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE FORMALIDADE BUROCRÁTICA. 1 - A existência, a validade, a eficácia e a efetividade da Democracia está na prática dos atos administrativos do Estado voltados para o homem. A eventual ausência de cumprimento de uma formalidade burocrática exigida não pode ser óbice suficiente para impedir a concessão da medida porque não retira, de forma alguma, a gravidade e a urgência da situação da recorrente: a busca para garantia do maior de todos os bens, que é a própria vida. 2 - **É dever do Estado assegurar a todos os cidadãos, indistintamente, o direito à saúde, que é fundamental e está consagrado na Constituição da República nos artigos 6º e 196.** 3 - Diante da negativa/omissão do Estado em prestar atendimento à população carente, que não possui meios para a compra de medicamentos necessários à sua sobrevivência, a jurisprudência vem se fortalecendo no sentido de emitir preceitos pelos quais os necessitados podem alcançar o benefício almejado (STF, AG nº 238.328/RS, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ 11/05/99; STJ, REsp nº 249.026/PR, Rel. Min. José Delgado, DJ 26/06/2000). 4 - Despicienda de quaisquer comentários a discussão a respeito de ser ou não a regra dos arts. 6º e 196, da CF/88, normas programática sou de eficácia imediata. Nenhuma regra hermenêutica pode sobrepor-se ao princípio maior estabelecido, em 1988, na Constituição Brasileira, de que "a saúde é direito de todos e dever do Estado" (art. 196). 5 - Tendo em vista as particularidades do caso concreto, faz-se imprescindível interpretar a lei de forma mais humana, teleológica, em que princípios de ordem ético-jurídica conduzam ao único desfecho justo: decidir pela preservação da vida. 6 - Não se pode apegar, de forma rígida, à letra fria da lei, e sim, considerá-la com temperamentos, tendo-se em vista a intenção do legislador, mormente perante preceitos maiores insculpidos na Carta Magna garantidores do direito à saúde, à vida e à dignidade humana, devendo-se ressaltar o atendimento das necessidades básicas dos cidadãos. 7 - Recurso ordinário provido para o fim de compelir o ente público(Estado do Paraná) a fornecer o medicamento Riluzol (Rilutek) indicado para o tratamento da enfermidade da recorrente. (ROMS . 11183 – Processo nº 199900838840/PR – Primeira Turma – Ministro José Delgado – DJ 4.9.2000).- destaque nosso*

A partir do instante em que a Constituição assegura a assistência aos indivíduos, o administrador público está, sem escusas, obrigado a proporcionar os meios para que essa assistência se realize.

Aduz, ainda, o agravante que o Município e o Estado devem garantir os serviços públicos a todos os cidadãos, dentro da reserva do possível, não cabendo ao Poder Judiciário obrigar o Poder Executivo a estender esse serviço além do previsto.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Cascavel

2ª Vara da Comarca de Cascavel

Rua Professor José Antônio, s/n, Fórum Desembargador Carlos Facundo, Centro - CEP 62850-000, Fone: (85) 3334-2779, Cascavel-CE - E-mail: cascavel.2@tjce.jus.br

O citado argumento não merece acolhimento, haja vista a possibilidade de controle e da intervenção do Poder Judiciário na implementação de políticas públicas, quando configurada hipótese de injustificável inércia estatal ou de abusividade governamental.

O Colendo Supremo Tribunal Federal (STF), na ADPF 45/DF – Distrito Federal, tendo como relator o Ministro Celso de Mello, trata desse assunto, *in verbis* um trecho da referida ação:

"É certo que não se inclui, ordinariamente, no âmbito das funções institucionais do Poder Judiciário - e nas desta Suprema Corte, em especial - a atribuição de formular e de implementar políticas públicas (JOSÉ CARLOS VIEIRA DE ANDRADE, "Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976", p. 207, item n. 05, 1987, Almedina, Coimbra), pois, nesse domínio, o encargo reside, primariamente, nos Poderes Legislativo e Executivo. Tal incumbência, no entanto, embora em bases excepcionais, poderá atribuir-se ao Poder Judiciário, se e quando os órgãos estatais competentes, por descumprirem os encargos político-jurídicos que sobre eles incidem, vierem a comprometer, com tal comportamento, a eficácia e a integridade de direitos individuais e/ou coletivos impregnados de estatura constitucional, ainda que derivados de cláusulas revestidas de conteúdo programático."

Assim, verifica-se a possibilidade do Judiciário exigir do Poder Executivo que implemente Políticas Públicas com o fim de proteger o direito à saúde.

3. DISPOSITIVO

Ante o exposto, considerando a argumentação supracitada, entendo por bem **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** este feito, **COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO**, nos termos do art. 487, I, CPC, obrigando o **MUNICÍPIO DE CASCABEL** e o **ESTADO DO CEARÁ** o fornecimento dos equipamentos/insumos descritos na inicial, pelo tempo que perdurar a necessidade do autor **GEILSON MELO FARIAS**, nos moldes deferidos na decisão liminar, sob pena de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), com base no art. 497 do CPC.

Custas isentas por força de lei estadual e honorários a cargo do sucumbente, estes em R\$ 1.000,00 (mil reais), na forma do art. 85, § 2º, do CPC.

Deixo de submeter a presente decisão ao reexame necessário com amparo no art. 496, §3º, III, do Código de Processo Civil.

Após o trânsito em julgado, certifique-se o ocorrido e arquivem-se estes autos com as devidas baixas.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Cascavel

2ª Vara da Comarca de Cascavel

Rua Professor José Antônio, s/n, Fórum Desembargador Carlos Facundo, Centro - CEP 62850-000, Fone: (85) 3334-2779, Cascavel-CE - E-mail: cascavel.2@tjce.jus.br

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Cascavel/CE, 11 de outubro de 2024.

BRUNO LEONARDO BATISTA DE MEDEIROS SANTOS

Juiz de Direito